

Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, Nível Superior, Classe "A", padrão 01, pertencendo ao Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado da Bahia, Subseção Judiciária de Bom Jesus da Lapa, em cargo vago decorrente da posse de Fernando Menezes Dias em outro cargo inacumulável.

Des. Federal HILTON QUEIROZ

ATO Nº 487, DE 26 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, e considerando o decidido pela Corte Especial Administrativa no Processo 0012413-14.2015.4.01.8000, em sessão realizada no dia 25/05/2017, resolve:

CONVOCAR a Juíza Federal MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA para, com prejuízo na 3ª Relatoria da Turma Recursal dos Estados do Amazonas e de Roraima, substituir o Desembargador Federal NEY BELLO, na 3ª Turma e 2ª Seção, no período de 24/07 a 12/09/2017, por motivo de férias.

Des. Federal HILTON QUEIROZ

ATO Nº 488, DE 26 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, e considerando o decidido pela Corte Especial Administrativa no Processo 0012403-40.2016.4.01.8000, em sessão realizada no dia 25/05/2017, resolve:

CONVOCAR o Juiz Federal JESUS CRISÓSTOMO DE ALMEIDA para, com prejuízo na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás, substituir o Desembargador Federal FRANCISCO NEVES DA CUNHA, na 2ª Turma e 1ª Seção, no período de 16/08 a 14/09/2017, por motivo de férias.

Des. Federal HILTON QUEIROZ

ATO Nº 489, DE 26 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, e considerando o decidido pela Corte Especial Administrativa no Processo 0010466-22.2015.4.01.8000, em sessão realizada no dia 25/05/2017, resolve:

CONVOCAR a Juíza Federal LÍVIA CRISTINA MARQUES PERES para, com prejuízo na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amapá, substituir a Desembargadora Federal GILDA SIGMARINGA SEIXAS, na 1ª Turma e 1ª Seção, no período de 03/07 a 02/08/2017, por motivo de férias.

Des. Federal HILTON QUEIROZ

ATO Nº 490, DE 26 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, e considerando o decidido pela Corte Especial Administrativa no Processo 0012409-74.2015.4.01.8000, em sessão realizada no dia 25/05/2017, resolve:

CONVOCAR o Juiz Federal GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES para, com prejuízo na 21ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, substituir o Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE, na 5ª Turma e 3ª Seção, no período de 03/07 a 1º/08/2017, por motivo de férias.

Des. Federal HILTON QUEIROZ

ATO Nº 491, DE 26 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, e considerando o decidido pela Corte Especial Administrativa no Processo 0012411-44.2015.4.01.8000, em sessão realizada no dia 25/05/2017, RESOLVE:

CONVOCAR o Juiz Federal LEÃO APARECIDO ALVES para, com prejuízo na 11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás, substituir o Desembargador Federal KASSIO MARQUES, na 6ª Turma e 3ª Seção, no período de 30/06 a 09/08/2017, por motivo de férias.

Des. Federal HILTON QUEIROZ

ATO Nº 492 DE 26 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, e considerando o decidido pelo Conselho de Administração no PAE 0019636-81.2016.4.01.8000, em sessão realizada no dia 06/04/2017, resolve:

DESIGNAR o Juiz Federal Substituto JAIME TRAVASSOS SARINHO para, com prejuízo na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, prestar auxílio na 10ª Vara daquela Seccional, a partir da publicação, até ulterior deliberação.

Des. Federal HILTON QUEIROZ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/PRESI 185, de 18/05/2017, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, de 19/05/2017, referente à revogação da cessão da servidora CARLA ATAYDE BOMTEMPO DOFINY, Analista Judiciária, Área Judiciária, da Subseção Judiciária de Montes Claros, onde se lê: "a partir de 17/05/2017", leia-se: "a partir 19/05/2017"

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ATO Nº 199, DE 22 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no Ofício nº JFES-OFI-2017/00745, resolve:

NOMEAR o servidor CAMILO MAIA MORAES, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Espírito Santo, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Secretaria, CJ-3, da 1ª Vara Federal de São Mateus - SJES, em vaga decorrente da exoneração de Luiz Carlos Gouvêa Junior.

ANDRÉ FONTES

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

ATO Nº 728, DE 15 DE MAIO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 96, I, "c", da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Expediente Administrativo nº 0011322-58.2017.4.03.8000, resolve:

Conceder APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais ao Excelentíssimo Juiz Federal da 5ª Vara das Execuções Fiscais da Subseção Judiciária de Campinas da Seção Judiciária de São Paulo, MARCO AURÉLIO CHICHORRO FALAVINHA, com fundamento no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

CECÍLIA MARCONDES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 328, DE 17 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no inciso I, do artigo 93, da Lei n. 8.112/90, com redação dada pela Lei n. 8.270/91;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Digital - PAD n. 007077/2017, com decisão favorável desta Presidência, proferida em 16.05.2017 (doc. n. 060.342/2017), resolve

AUTORIZAR, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar de 3.06.2017, a CESSÃO da servidora, INGRID PIRES GOMES DA COSTA, Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado - Higiene Dental, para o exercício de Função Comissionada de Assistente II, nível - FC-02, na 2ª Vara do Trabalho de Goiana/PE, no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com fundamento no inciso I, do artigo 93, da Lei 8.112/90, com redação dada pela Medida Provisória n. 765/2016.

Des. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 343, DE 22 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 9º, I, e 10 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no art. 7º da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, bem como a homologação do concurso público TRE-AM, publicada no DOU n. 52, de 18.3.2014, resolve:

NOMEAR, em caráter efetivo, no cargo 27, de Analista Judiciário, Área Judiciária, criado pela Lei n. 10.842, de 20.02.2004, na classe A, padrão 1, o candidato RAPHAEL DE CARLOS PAZ DE ALMEIDA, habilitado em concurso público realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, em vaga proveniente da exoneração, a pedido, do servidor MARCOS DE OLIVEIRA GAIA NINA.

Des. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

ATO Nº 10, DE 26 DE MAIO DE 2017

O Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida nos autos do Processo Administrativo Digital n.º 7.515/2017 (documento PAD n.º 72.039/2017), publicada no Diário da Justiça Eletrônico do TRE/CE, Edição n.º 95, de 24 de maio de 2017, páginas 3 e 4 (documento PAD n.º 73.528/2017), resolve:

Aposentar ZENEIDA CHAVES CUNHA, CPF n.º 236.118.983-68, Matrícula TRE/CE n.º 11694, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, da Área de Atividade Administrativa do Quadro Permanente de servidores da Secretaria deste Tribunal, Classe C, Padrão 13, regido pela Lei n.º 11.416/2006 (alterada pela Lei n.º 13.317/2016), com fundamento no artigo 3º da Emenda Constitucional n.º 47/2005(1), combinado com o artigo 7º da Emenda Constitucional n.º 41/2003(2). A interessada perceberá proventos integrais, com paridade plena (todo e qualquer reajuste salarial concedido aos ativos será estendido aos aposentados), revistos na mesma proporção e data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, inclusive quando decorrente de transformação ou reclas-

sificação de cargo ou função, observado igual critério de revisão à pensão decorrente desta aposentadoria. A servidora também fará jus às seguintes vantagens: a) Adicional por Tempo de Serviço (Anuênios), no percentual de 11% (onze por cento), nos termos do artigo 67 da Lei n.º 8.112/1990(3); b) Adicional por Tempo de Serviço (Anuênios), no percentual de 2% (dois por cento), concedido pelo Pleno do TRE/CE ao julgar o Processo n.º 11.122 em 9/5/2003; c) Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ), regulamentada pelo artigo 13 da Lei n.º 11.416/2006, alterado pela Lei n.º 13.317/2016; d) Adicional de Qualificação (AQ), no percentual de 7,5% (sete e meio por cento), conforme dispõe o artigo 15, inciso III, da Lei n.º 11.416/2006; e) 1/5 (um quinto) de FC-4 e 4/5 (quatro quintos) de FC-5, concedidos conforme determinações constantes de expedientes protocolados no TRE/CE sob os n.ºs 15.394/1997 e 3.352/2007 (documento PAD n.º 68.774/2017), transformados em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), nos termos do artigo 15, §1º, da Lei n.º 9.527/1997(4). PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Des. ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 65, DE 16 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 30, incisos I e II do Regimento Interno deste Tribunal, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 0001966-51.2017.6.07.8100, RESOLVE:

Designar, ad referendum do Tribunal, a Juíza de Direito Vanessa Duarte Seixas para exercer, a partir da publicação deste ato, a função de Juíza Substituta da 15ª Zona Eleitoral, ficando dispensado o Juiz de Direito João Marcos Guimarães Silva, em decorrência do término de seu biênio, que ocorrerá em 28/05/2017.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

ATO Nº 56, DE 17 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso XIII, do Regimento Interno deste Tribunal e tendo em vista o que consta no Procedimento Administrativo Digital sob o nº. 4051/2017, resolve:

Declarar vago o cargo de Analista Judiciário, Área de Atividade: Judiciária, Classe C, Padrão 12, criado pela Lei n.º 10.842/2004, ocupado pelo servidor **Sérgio Sousa Silveira**, matrícula n.º 3099751, do Quadro Permanente deste Tribunal, em virtude de sua posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei n.º 8112/90, com efeitos retroativos a 05 de maio de 2017.

Des. RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA

ATO Nº 57, DE 17 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso XIII, do Regimento Interno deste Tribunal e tendo em vista o que consta no Procedimento Administrativo Digital sob o nº. 4126/2017, resolve:

Declarar vago o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 02, criado pela Lei n.º 13.150/2015, ocupado pelo servidor **CARLOS ANDRÉ RODRIGUES LUCENA**, matrícula n.º 30990464, do Quadro Permanente deste Tribunal, em virtude de sua posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei n.º 8112/90, com efeitos retroativos a 02 de maio de 2017.

Des. RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA

ATO Nº 58, DE 17 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso XIII, do Regimento Interno deste Tribunal e tendo em vista o que consta no Procedimento Administrativo Digital sob o nº. 4103/2017, resolve:

Declarar vago o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe C, Padrão 12, criado pela Lei n.º 11.202/2005, ocupado pelo servidor **HENRY MARINHO NERY**, matrícula n.º 3099689, do Quadro Permanente deste Tribunal, em virtude de sua posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei n.º 8112/90, com efeitos retroativos a 05 de maio de 2017.

Des. RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA